

# DIÁRIO DA JUSTIÇA CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- 1. ~	•	404	100	4-
Edicão	n۳	191	/20	17

Brasília - DF, disponibilização sexta-feira, 17 de novembro de 2017

## SUMÁRIO

residência	2
Secretaria Geral	-
Jedietaria Gerai	2
Secretaria Processual	2
orregedoria	F

#### Presidência

#### Secretaria Geral

#### Secretaria Processual

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0008309-44.2017.2.00.0000

Requerente: MANOEL ROBERTO DOS SANTOS
Requerido: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

#### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências formulado por MANOEL ROBERTO DOS SANTOS em desfavor do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ).

O requerente objetiva apurar eventual morosidade no trâmite do REsp n. 1.474.750/SP.

O requerimento inicial encontra-se desacompanhado de assinatura.

Ante o exposto, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, assinar a inicial, sob pena de arquivamento do presente feito.

Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília, 26 de outubro de 2017.

#### MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Corregedor Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0007264-05.2017.2.00.0000

Requerente: IDES CRUZ DE ALMEIDA

Requerido: JUÍZO DA COMARCA DE BOA ESPERANÇA - MG

#### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de providências formulado por IDES CRUZ DE ALMEIDA em desfavor do JUÍZO DA COMARCA DE BOA ESPERANÇA-MG.

A requerente informa estar cumprindo pena em regime aberto c/c recolhimento à prisão domiciliar.

Alega que, em 1º.9.2017, dirigiu-se ao balcão da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Boa Esperança com o propósito de protocolar comunicação de alteração de endereço.

Afirma que foi atendida por serventuário do sexo masculino, de cor branca, aparentando 28 anos de idade e 1.75m de altura, o qual, aos berros, bradou: "Você já fez aqui outra petição em nome próprio aqui. O juiz vai representar criminalmente contra você por exercício ilegal da profissão".

Requer a identificação do serventuário e a apuração dos fatos narrados, com a instauração de processo administrativo para aplicação da sanção disciplinar cabível.

É o relatório. Decido.

Não obstante a atribuição constitucional e regimental do Conselho Nacional de Justiça seja, também, de conhecer das reclamações que envolvam os serviços auxiliares do Poder Judiciário, o entendimento mais adequado, a fim de coadunar com o próprio escopo deste Órgão censor, é no sentido de que este Conselho só deve atuar para apurar eventual falta de servidor quando relacionada com a violação do dever funcional de membros do Poder Judiciário ou quando com esta houver conexão ou continência, o que não é a hipótese.

Ante o exposto, com base no art. 71 do RICNJ, determino a remessa dos autos à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais para a adoção das providências cabíveis.

Após, arquive-se o presente expediente no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça.

Intimem-se.

Brasília, 15 de setembro de 2017.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Corregedor Nacional de Justiça

Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0003646-86.2016.2.00.0000

Requerente: RICHARD OLIVEIRA DE ALENCAR

Requerido: CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO E TÍTULOS DO 1º OFÍCIO DE MANAUS CARTÓRIO DO 4º OFICIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS

#### **DECISÃO**

Trata-se de Reclamação Disciplinar formulada por RICHARD OLIVEIRA DE ALENCAR em desfavor do CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO E TÍTULOS DO 1º OFÍCIO DE MANAUS E DO CARTÓRIO DO 4º OFICIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS.

Arquivado o feito, sobreveio aos autos petições autuadas pelo reclamante sob o ld 2248259 e ld 2250796, trazendo fatos alegadamente novos e reiterando pedido de cancelamento definitivo das matrículas n. 8.389, 37.612, 9.150, 12.548, 8.555, 9.508, 10.614 e de todas aquelas que dela se originaram.

Em 11/10/2017, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas juntou parecer se manifestando pelo arquivamento deste expediente ao fundamento de que não há documento hábil que embase o pedido do reclamando.

Relatou, também, que eventual provimento da pretensão do requerente, vale dizer, cancelamento definitivo matrícula de bem imóvel, não encontra no ordenamento jurídico hipótese capaz de ensejar o pedido na seara administrativa.

Conforme consta dos autos, somente perícia técnica judicial poderia comprovar possível equívoco na emissão das matrículas em apreço. Nesse sentido, provimento diverso por parte da Corregedoria local ensejaria apreciação de conteúdo jurisdicional, matéria que foge ao seu controle.

Irresignado com parecer do Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas que fundamentou nova decisão de arquivamento, o requerente trouxe aos autos nova manifestação em 19/10/2017.

Sustenta que o referido parecer não observou o conteúdo normativo de que se extrai do princípio da boa-fé objetiva, na medida em que o responsável pela emissão do documento distorce a verdade dos fatos e do direito, faltando com o dever da verdade.

Suscita, ainda, eventual nulidade do ato jurídico em comento, visto que carece de fundamentação jurídica. Segundo aduz, o parecerista não teria feito menção a qualquer documento ou fato concreto.

Pretende, por fim, ter o cancelamento definitivo das matrículas 8.389, 37.612, 9.150, 12.548, 12.547, 8.555, 9.508, 10.614 e todas as que delas se originaram.

É o relatório. Decido.

Em sua nova manifestação, como se depreende do relatório, o requerente argui eventual violação aos princípios da boa-fé objetiva e da fundamentação de decisões.

Ocorre que, em sua narrativa, não logra êxito em demonstrar tanto a deslealdade do Juiz Parecerista como a carência de fundamentação de seu Parecer.

Ao revés, o que se observa é um Parecer assentado na intervenção do Estado do Amazonas, que se manifesta sobre o causídico no âmbito de processo administrativo na origem. Não se furta, outrossim, a sedimentar a matéria levando em conta o disposto na ordem jurídica. Pelo contrário, aponta para eventual solução jurídica acaso se demonstre a ocorrência dos fatos alegados pelo requerente, qual seja, a via jurisdicional, eis que a efetiva demonstração somente se daria mediante realização de eventual perícia técnica, que necessita de processo judicial.

Com efeito, quanto à suposta prática de advocacia administrativa, os fatos são demasiados genéricos, não se verificando a existência de indícios mínimos capazes de consubstanciar intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça.

Por fim, não há falar em cancelamento definitivo das matrículas mencionadas pelo requerente, visto que o caso não guarda relação com as hipóteses previstas nos arts. 250 e 214 da Lei de Registros Públicos, os quais preveem as ocasiões de cancelamento de matrícula na via administrativa.

Frise-se que este entendimento foi explanado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, não carecendo de fundamentação ou de lealdade, portanto.

Ante o exposto, retornem os autos ao arquivo.

Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília, 25 de outubro de 2017.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Corregedor Nacional de Justiça

Autos: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO - 0007995-98.2017.2.00.0000

Requerente: IRENYLSEN STTER CUNHA

Requerido: JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO POMBA-MG

#### **DECISÃO**

Trata-se de representação por excesso de prazo formulada por IRENYLSEN STTER CUNHA em desfavor do JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO POMBA/MG.

A requerente aponta morosidade no trâmite do Processo n. 0017869-65.2010.8.13.0558, porquanto está pendente de apreciação petição protocolada em 05/06/2017.

Requer a apuração dos fatos narrados e a instauração de processo administrativo para aplicação da sanção disciplinar cabível.

É o relatório. Decido.

Considerando-se o andamento processual disponibilizado no *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, não se verifica morosidade injustificada, apta a ensejar a atuação da Corregedoria Nacional, tendo em vista a prática, em prazo razoável, de atos processuais reiterados.

Registra-se que juntada petição de execução de sentença, em 28/09/2017, os autos foram despachados em 06/10/2017.

Ante o exposto, com fundamento no art. 26, *caput*, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, **arquive-sea presente representação**.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2017.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Corregedor Nacional de Justiça

#### Corregedoria

#### PROVIMENTO N. 62, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

#### O CORREGEDOR NACIONAL DA JUSTIÇA, usando de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e

CONSIDERANDO o poder de fiscalização e de normatização do Poder Judiciário dos atos praticados por seus órgãos (art. 103-B, § 4°, I, II e III, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços notariais e de registro (arts. 103-B, § 4°, I e III, e 236, § 1°, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimentos e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos serviços notariais e de registro (art. 8°, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça);

CONSIDERANDO a atribuição da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimento para a regulamentação da atuação das autoridades apostilantes;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, em todo o território nacional, dos procedimentos relativos ao ato de apostilamento,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Dispor sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila em documentos públicos produzidos no território nacional.

Parágrafo único. Equiparam-se a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

- Art. 2º O ato de aposição de apostila observará rigorosamente o disposto na Resolução CNJ n. 228, 22 de junho de 2016, em seus anexos e neste provimento.
- § 1º A apostila deverá ser afixada no documento pela autoridade apostilante, não sendo permitida a entrega da apostila de forma avulsa ao solicitante do serviço.
- § 2º O descumprimento das disposições contidas na mencionada resolução e no presente provimento pelas autoridades apostilantes ensejará a instauração de procedimento administrativo disciplinar, sem prejuízo de responsabilização cível e criminal.
- Art. 3º Serão obrigatórios o cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento por todos os serviços de notas e de registro das capitais dos Estados e do Distrito Federal.
- § 1º Os serviços de notas e de registro da capital dos Estados e do Distrito Federal que expuserem motivos justificados às corregedoriasgerais de justiça locais poderão ser dispensados da prestação dos serviços de apostilamento, devendo o ato de dispensa ser comunicado formalmente à Corregedoria Nacional de Justiça.
- § 2º O cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento pelos serviços de notas e de registro do interior de cada Estado serão facultativos, mas recomendáveis para conferir melhor capilaridade ao serviço.
- § 3º O ato de credenciamento das autoridades apostilantes será realizado pelas corregedorias-gerais de justiça dos Estados e do Distrito Federal, às quais compete:
- I realizar estudo prévio acerca da viabilidade técnica e financeira, certificando se os serviços de notas e de registro da capital e do interior estão aptos a receber a autorização para prestação do serviço de apostilamento;
- II enviar à Corregedoria Nacional de Justiça listagem com a identificação das autoridades aptas à prestação do serviço de apostilamento e com os dados necessários ao cadastro, conforme consta do Anexo do presente provimento.
- § 4º A aposição de apostila em documento público brasileiro somente será admitida por autoridade apostilante devidamente cadastrada em todos os sistemas que compõem o Sistema Eletrônico de Informação e Apostilamento (SEI-Apostila).
- Art. 4º Os titulares do serviço notarial e de registro são autoridades apostilantes para o ato de aposição de apostila nos limites de suas atribuições, sendo-lhes vedado apostilar documentos estranhos a sua competência.
- § 1º O ato de apostilamento de documentos públicos produzidos no território nacional obedecerá estritamente às regras de especialização de cada serviço notarial e de registro, nos termos da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

- § 2º O serviço de notas e de registro poderão apostilar documentos estranhos a sua atribuição caso não exista na localidade serviço autorizado para o ato de apostilamento.
- § 3º O registrador civil de pessoa natural, ao apostilar documento emitido por registrador sediado em ente da Federação diverso, deverá verificar a autenticidade da assinatura mediante consulta à Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional).
- § 4º O notário, ao apostilar documentos emitidos por serviço notarial sediado em ente da Federação diverso, deverá verificar a autenticidade da assinatura mediante consulta à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC).
- § 5º O registrador de títulos e documentos e pessoas jurídicas, ao apostilar documentos emitidos por serviço sediado em ente da Federação diverso, deverá verificar a autenticidade da assinatura mediante consulta à Central de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica (RTDPJBR).
- § 6º O registrador de imóveis, ao apostilar documento emitido por registrador sediado em ente da Federação diverso, deverá verificar a autenticidade da assinatura mediante consulta ao Operador Nacional do Registro de Imóveis (ONR).
- § 7º Os notários e registradores também poderão, nos limites de suas atribuições, verificar a autenticidade da assinatura mediante consulta à Central Notarial de Sinal Público (CNSIP).
- § 8º A Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com os notários e registradores, criará central única de banco de dados de assinatura de autoridades públicas.
- Art. 5º Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão solicitar à Corregedoria Nacional de Justiça autorização específica para que o serviço de apostilamento seja prestado, sob sua supervisão, por no máximo cinco escreventes habilitados.
- § 1º Na ausência do titular do serviço notarial e de registro por impedimento ou afastamento, o serviço será prestado pelo escrevente habilitado.
- § 2º Em caso de vacância do titular do serviço notarial e de registro, o serviço será prestado pelo interino ou interventor nomeado para responder pelo serviço extrajudicial.
- Art. 6º As corregedorias-gerais de justiça e os juízes diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila somente quanto aos documentos de interesse do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Consideram-se documentos de interesse do Poder Judiciário aqueles oriundos de seus respectivos órgãos em países signatários da Convenção da Apostila, bem como aqueles necessários à adoção internacional.

- Art. 7º As autoridades apostilantes deverão contratar diretamente com a Casa da Moeda do Brasil a aquisição do papel-moeda de modo a manter estoques para viabilizar a continuidade do serviço.
- § 1º A aquisição do papel-moeda é de responsabilidade das autoridades apostilantes, sendo permitida a realização de convênios e parcerias para redução do custo.
- § 2º O papel-moeda adquirido por uma autoridade apostilante não pode ser alienado ou cedido a outra autoridade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- Art. 8º As autoridades apostilantes deverão, para fins de controle das corregedorias de justiça dos Estados e do Distrito Federal, afixar no documento, previamente ao ato de digitalização do documento apostilando, o selo físico, etiqueta e/ou a estampa de selo eletrônico, conforme regras locais.
- Art. 9º A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias.
- § 1º As autoridades apostilantes deverão prestar ao solicitante do serviço todos os esclarecimentos necessários antes da prática do ato de apostilamento.
- § 2º Para a emissão da apostila, a autoridade apostilante deverá realizar a análise formal do documento apresentado, aferindo a autenticidade de todas as assinaturas apostas, do cargo ou função exercida pelo signatário e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo aposto.
- § 3º O apostilamento de reconhecimento de firma ou de cópia autenticada é ato excepcional, caso em que a assinatura, a função ou o cargo exercido a serem lançados na apostila serão do tabelião ou do seu preposto que apôs a fé pública no documento.
- § 4º O apostilamento de certidão de registro de documento e de reconhecimento de firma somente será permitido em documentos de natureza privada.
- Art. 10. Em caso de dúvida quanto à autenticidade do documento público produzido em território brasileiro, a autoridade apostilante deverá realizar procedimento específico prévio, conforme previsto no art. 3°, § 2°, da Resolução CNJ n. 228/2016.
- § 1º Persistindo a existência de dúvida após a finalização do procedimento específico prévio, a autoridade apostilante poderá recusar a aposição de apostila mediante ato fundamentado, que deverá ser entregue ao solicitante do serviço.
- § 2º O ato de instauração do procedimento prévio e o de recusa de aposição da apostila poderão ser impugnados pelo solicitante do serviço no prazo de 5 (cinco) dias, perante a autoridade apostilante, que, não reconsiderando o ato, no mesmo prazo, remeterá o pedido à corregedoria-geral de justiça do Estado ou do Distrito Federal para decisão sobre a questão duvidosa em 30 (trinta) dias.
- Art. 11. A apostila será emitida por documento, não importando a quantidade de páginas que possuir. Será de forma diversa se o solicitante do serviço assim o requerer.
- Art. 12. Ao realizar o ato de apostilamento, a autoridade apostilante deverá proceder à digitalização do documento para alimentação do banco de dados unificado do registro eletrônico das apostilas emitidas mantido pelo CNJ.
  - § 1º No ato de digitalização do documento, a autoridade apostilante deverá utilizar-se de software que minimize o tamanho do arquivo.

- § 2º Na impossibilidade de digitalização pela autoridade apostilante em razão da natureza do documento, o ato poderá ser praticado por terceiros, os quais prestarão declaração de responsabilidade acerca do conteúdo, devendo a autoridade apostilante conferir a correspondência entre o documento original e o digitalizado.
- Art. 13. Encerrado o procedimento de aposição de apostila e constatado erro, a autoridade apostilante deverá refazer o procedimento para a aposição de outra apostila, inutilizando o primeiro ato.
- § 1º Constatado que o erro ocorreu devido a falha do serviço da autoridade apostilante, o novo apostilamento deverá ser realizado sem custo para o solicitante do serviço.
- § 2º Constatado que o erro ocorreu devido a falha de informações por parte do solicitante do serviço, o novo apostilamento será por ele custeado.
- Art. 14. O documento eletrônico apresentado à autoridade apostilante ou por ela expedido poderá ser apostilado independentemente de impressão em papel, desde que esteja emitido em formato compatível para *upload* no sistema do CNJ e assinado mediante certificado digital, segundo a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP), observada a arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping).
- § 1º Finalizado o apostilamento do documento eletrônico, a autoridade apostilante deverá imprimir uma cópia, certificando que se trata de impressão do original eletrônico e acostá-la à apostila para entrega ao solicitante.
- § 2º Se o documento original eletrônico não possuir assinatura com uso de certificado digital ou se for emitido em formato incompatível para *upload* no sistema do CNJ, o documento eletrônico deverá ser impresso pela autoridade apostilante com aposição da data e hora da autenticação, indicação do *site* de confirmação, informação sobre a verificação da assinatura digital ou outro meio de confirmação e aplicação do selo de autenticidade.
- Art. 15. A aposição de apostila em tradução de documento público produzido no território nacional somente será admitida em tradução realizada por tradutor público ou nomeado *ad hoc* pela junta comercial.

Parágrafo único. O procedimento deverá ser realizado em duas apostilas distintas: apostila-se primeiro o documento público original e, posteriormente, o traduzido.

Art. 16. Em caso de extravio ou de inutilização do papel de segurança utilizado para o ato de aposição da apostila, as autoridades apostilantes deverão comunicar o fato imediatamente à respectiva corregedoria-geral de justiça, que dará ampla publicidade ao fato.

Parágrafo único. Em caso de inutilização do papel de segurança, a autoridade apostilante deverá destruí-lo mediante incineração ou procedimento semelhante, registrando o incidente em certidão.

- Art. 17. Os emolumentos serão cobrados por apostila, nos termos do art. 18 da Resolução CNJ n. 228/2016, enquanto não for editada legislação específica no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.
- § 1º É dispensada a cobrança de emolumentos para emissão de apostila em documentos requeridos por órgãos da administração direta do Poder Executivo federal, estadual ou municipal para utilização no exterior, no interesse do serviço público.
- § 2º Os órgãos da administração direta do Poder Executivo federal, estadual ou municipal solicitarão o apostilamento do documento público produzido no território nacional mediante ofício endereçado ao serviço de notas ou de registro.
- § 3º O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua competência, estabelecerá forma de compensação para a emissão de apostila em documentos requeridos por órgãos da administração direta do Poder Executivo federal, estadual ou municipal.
- § 4º É vedada a prática de cobrança parcial ou de não cobrança de emolumentos, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica.
- Art. 18. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Provimento CN-CNJ n. 58, de 9 de dezembro de 2016, bem como quaisquer disposições em contrário.

#### Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

#### ANEXO

#### CADASTRAMENTO PARA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Informações necessárias

- Número do Cadastro Nacional de Serventia (CNS) do cartório (sem ponto e sem hífen)
- Nome, endereço completo e telefone do cartório (tudo em caixa-alta)
- Nome dos colaboradores (tabelião, tabelião substituto e escreventes no máximo, cinco colaboradores, incluindo tabelião e substituto), CPF (sem ponto e sem hífen), e-mail (cadacolaboradordeveteroseu), tudo em caixa-alta

#### CADASTRAMENTO PARA CORREGEDORIAS-GERAIS

Informações necessárias

- Nome do tribunal completo (sem ponto e sem hífen) e CNPJ
- Endereço completo e telefone do tribunal (tudo em caixa-alta)

- Nome do corregedor-geral e dos colaboradores (juízes auxiliares e assessores – no máximo cinco), CPF (sem ponto e sem hífen), e-mail (cadacolaboradordeveteroseu), tudo em caixa-alta

#### CADASTRAMENTO PARA JUÍZES DIRETORES DE FORO NAS DEMAIS UNIDADES JUDICIÁRIAS, COMARCAS OU SUBSEÇÕES

Informações necessárias

- Nome completo do fórum, comarcas ou subseções e sigla do tribunal a que pertencem (sem ponto e sem hífen)
- Endereço completo e telefone do fórum, comarcas ou subseções (tudo em caixa-alta)
- Nome completo do juiz diretor do fórum, da comarca ou subseção e dos colaboradores (assessores no máximo cinco), CPF (sem ponto e sem hífen), e-mail (cadacolaboradordeveteroseu), tudo em caixa-alta

#### PROVIMENTO N. 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

#### O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições, legais e regimentais e

CONSIDERANDO o poder de fiscalização e de normatização do Poder Judiciário dos atos praticados por seus órgãos (art. 103-B, § 4°, I, II e III, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços notariais e de registro (arts. 103-B, § 4º, I e III, e 236, § 1º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de regulamentar a padronização das certidões de nascimento, casamento, óbito e certidão de inteiro teor (art. 19, *caput*, da Lei de Registros Públicos);

CONSIDERANDO a existência de convênio firmado entre a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN-Brasil) e a Receita Federal do Brasil (RFB) que viabiliza a integração da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC) com o banco de dados da RFB:

CONSIDERANDO a gratuidade da incorporação do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) aos documentos de identidade civil da União, dos Estados e do Distrito Federal e, mediante essa integração de dados, a possibilidade de verificação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade para concessão e manutenção dos benefícios sociais pelo órgão concedente (art. 9º da Lei n. 13.444, de 11 de maio de 2017);

CONSIDERANDO a possibilidade de a naturalidade do cidadão corresponder à do município em que ocorreu o nascimento ou à do município de residência da mãe do registrando, desde que localizado em território nacional, cabendo a opção ao declarante no ato de registro de nascimento (art. 1º da Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017);

CONSIDERANDO a possibilidade, no caso de adoção iniciada antes do registro de nascimento, de o declarante optar pela naturalidade do município de residência do adotante na data do registro;

CONSIDERANDO a necessidade de constar no assento de casamento a naturalidade dos cônjuges (art. 1º da Lei n. 13.484/2017);

CONSIDERANDO a importância da integração de dados para aumentar a confiabilidade da documentação e diminuir as possibilidades de fraudes no país, além de contemplar as fontes primárias de todo e qualquer cidadão concernentes ao nascimento, casamento e óbito, que compõem a base de dados da CRC;

CONSIDERANDO o eventual interesse de pessoa física de solicitar, quando da expedição de nascimento atualizada, a averbação de outros documentos, de forma a facilitar seu acesso a programas sociais e reunir informações em documento único;

CONSIDERANDO o sistema de registro eletrônico, que facilita a interoperabilidade de dados (arts. 37 e seguintes da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009);

CONSIDERANDO o direito do adotado de acesso irrestrito a todos os procedimentos e incidentes da adoção (art. 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO a existência de regulamentação pelas corregedorias-gerais de justiça dos Estados do reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais;

CONSIDERANDO a conveniência de edição de normas básicas e uniformes para a realização do registro ou averbação, visando conferir segurança jurídica à paternidade ou à maternidade socioafetiva estabelecida, inclusive no que diz respeito a aspectos sucessórios e patrimoniais;

CONSIDERANDO a ampla aceitação doutrinária e jurisprudencial da paternidade e maternidade socioafetiva, contemplando os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil;

CONSIDERANDO a possibilidade de o parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade e o reconhecimento dos mesmos direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, proibida toda designação discriminatória relativa à filiação (arts. 1.539 e 1.596 do Código Civil);

CONSIDERANDO a possibilidade de reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial de registro civil das pessoas naturais e, ante o princípio da igualdade jurídica e de filiação, de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de averbação, em registro público, dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação (art. 10, II, do Código Civil);

CONSIDERANDO o fato de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios (Supremo Tribunal Federal – RE n. 898.060/SC);

CONSIDERANDO o previsto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal e no art. 1.609 do Código Civil;

CONSIDERANDO as disposições do Provimento CN-CNJ n. 13, de 3 de setembro de 2010, bem como da Resolução CNJ n. 175, de 14 de maio de 2013;

CONSIDERANDO o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia erga omnes e efeito vinculante para toda a administração pública e demais órgãos do Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal, ADPF n. 132/RJ e ADI n. 4.277/DF);

CONSIDERANDO a garantia do direito ao casamento civil às pessoas do mesmo sexo (Superior Tribunal de Justiça, REsp n. 1.183.378/RS);

CONSIDERANDO as normas éticas para uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-as dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros (Resolução CFM n. 2.121, DOU de 24 de setembro de 2015);

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, em todo o território nacional, do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para filhos havidos por técnica de reprodução assistida de casais homoafetivos e heteroafetivos;

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimentos e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos serviços notariais e de registro (art. 8°, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça);

CONSIDERANDO as sugestões encaminhadas à Corregedoria Nacional de Justiça, bem como as decisões proferidas nos autos dos Pedidos de Providência n. 0006194-84.2016.2.00.0000, 0002653-77.2015.2.00.0000, 00003764-28.2017.2.00.0000 e 0005066-92.2017.2.00.0000, em trâmite no Conselho Nacional de Justiça,

#### **RESOLVE:**

#### Seção I

#### Das regras gerais

- Art. 1º Os modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotados pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais em todo o país, ficam instituídos na forma dos Anexos I, II e III deste provimento.
- Art. 2º As certidões de casamento, nascimento e óbito, sem exceção, passarão a consignar a matrícula que identifica o código nacional da serventia, o código do acervo, o tipo do serviço prestado, o tipo de livro, o número do livro, o número da folha, o número do termo e o dígito verificador, observados os códigos previstos no Ánexo IV.
- § 1º A certidão de inteiro teor requerida pelo adotado deverá dispor sobre todo o conteúdo registral, mas dela não deverá constar a origem biológica, salvo por determinação judicial (art. 19, § 3º, c/c o art. 95, parágrafo único, da Lei de Registros Públicos).
- § 2º A certidão de inteiro teor, de natimorto e as relativas aos atos registrados ou transcritos no Livro E deverão ser emitidas de acordo com o modelo do Anexo V.
- Art. 3º O oficial de registro civil das pessoas naturais incluirá no assento de nascimento, em campo próprio, a naturalidade do recémnascido ou a do adotado na hipótese de adoção iniciada antes do registro de nascimento.
- § 1º O registrando poderá ser cidadão do município em que ocorreu o nascimento ou do município de residência da mãe na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, cabendo ao declarante optar no ato de registro de nascimento.
- § 2º Os modelos de certidão de nascimento continuarão a consignar, em campo próprio, o local de nascimento do registrando, que corresponderá ao local do parto.
- Art. 4º As certidões de nascimento deverão conter, no campo filiação, as informações referentes à naturalidade, domicílio ou residência atual dos pais do registrando.
- Art. 5º O número da declaração do nascido vivo, quando houver, será obrigatoriamente lançado em campo próprio da certidão de nascimento.
  - Art. 6º O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.
- § 1º Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o registro não será obstado, devendo o oficial averbar, sem ônus, o número do CPF quando do reestabelecimento do sistema.
- § 2º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência deste provimento, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.
- § 3º A partir da vigência deste provimento, a emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita.
- § 4º A inclusão de dados cadastrais nos assentos e certidões por meio de averbação ou anotação não dispensará a parte interessada de apresentar o documento original quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário à identificação do portador.
- § 5º As certidões não necessitarão de quadros predefinidos, sendo suficiente que os dados sejam preenchidos conforme a disposição prevista nos Anexos I, II, III e IV, e os sistemas para emissão das certidões de que tratam referidos anexos deverão possuir quadros capazes de adaptar-se ao texto a ser inserido.
  - Art. 7º Será incluída no assento de casamento a naturalidade dos cônjuges (art. 70 da Lei de Registros Públicos).
- Art. 8º O oficial de registro civil das pessoas naturais não poderá exigir a identificação do doador de material genético como condição para a lavratura do registro de nascimento de criança gerada mediante técnica de reprodução assistida.
- Art. 9º Os novos modelos deverão ser implementados até o dia 1º de janeiro de 2018 e não devem conter quadros preestabelecidos para o preenchimento dos nomes dos genitores e progenitores, bem como para anotações de cadastro que não estejam averbadas ou anotadas nos respectivos registros.

Parágrafo único. As certidões expedidas em modelo diverso até a data de implementação mencionada no *caput* deste artigo não precisarão ser substituídas e permanecerão válidas por prazo indeterminado.

#### Seção II

#### Da Paternidade Socioafetiva

- Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.
- § 1º O reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.
- § 2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.
  - § 3º Não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes.
  - § 4º O pretenso pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

- Art. 11. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.
- § 1º O registrador deverá proceder à minuciosa verificação da identidade do requerente, mediante coleta, em termo próprio, por escrito particular, conforme modelo constante do Anexo VI, de sua qualificação e assinatura, além de proceder à rigorosa conferência dos documentos pessoais.
- § 2º O registrador, ao conferir o original, manterá em arquivo cópia de documento de identificação do requerente, juntamente com o termo assinado.
- § 3º Constarão do termo, além dos dados do requerente, os dados do campo FILIAÇÃO e do filho que constam no registro, devendo o registrador colher a assinatura do pai e da mãe do reconhecido, caso este seja menor.
  - § 4º Se o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá seu consentimento.
- § 5º A coleta da anuência tanto do pai quanto da mãe e do filho maior de doze anos deverá ser feita pessoalmente perante o oficial de registro civil das pessoas naturais ou escrevente autorizado.
- § 6º Na falta da mãe ou do pai do menor, na impossibilidade de manifestação válida destes ou do filho, quando exigido, o caso será apresentado ao juiz competente nos termos da legislação local.
- § 7º Serão observadas as regras da tomada de decisão apoiada quando o procedimento envolver a participação de pessoa com deficiência (Capítulo III do Título IV do Livro IV do Código Civil).
- § 8º O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva poderá ocorrer por meio de documento público ou particular de disposição de última vontade, desde que seguidos os demais trâmites previstos neste provimento.
- Art. 12. Suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local.
- Art. 13. A discussão judicial sobre o reconhecimento da paternidade ou de procedimento de adoção obstará o reconhecimento da filiação pela sistemática estabelecida neste provimento.

Parágrafo único. O requerente deverá declarar o desconhecimento da existência de processo judicial em que se discuta a filiação do reconhecendo, sob pena de incorrer em ilícito civil e penal.

- Art. 14. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais ou de duas mães no campo FILIAÇÃO no assento de nascimento.
- Art. 15. O reconhecimento espontâneo da paternidade ou maternidade socioafetiva não obstaculizará a discussão judicial sobre a verdade biológica.

#### Secão III

#### Da Reprodução Assistida

- Art. 16. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial e observada a legislação em vigor no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, munidos de documentação exigida por este provimento.
- § 1º Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer ao ato de registro, desde que apresente a documentação referida no art. 17, III, deste provimento.
- § 2º No caso de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem referência a distinção quanto à ascendência paterna ou materna.
  - Art. 17. Será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos:
  - I declaração de nascido vivo (DNV);
- II declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários;
- III certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.
- § 1º Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora tempora#ria do u#tero, esclarecendo a questa#o da filiac#a#o.
- § 2º Nas hipóteses de reprodução assistida *post mortem*, além dos documentos elencados nos incisos do *caput* deste artigo, conforme o caso, deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- § 4º O conhecimento da ascendência biológica não importará no reconhecimento do vínculo de parentesco e dos respectivos efeitos jurídicos entre o doador ou a doadora e o filho gerado por meio da reprodução assistida.
- Art. 18. Será vedada aos oficiais registradores a recusa ao registro de nascimento e à emissão da respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida, nos termos deste provimento.
- § 1º A recusa prevista no *caput* deverá ser comunicada ao juiz competente nos termos da legislação local, para as providências disciplinares cabíveis.

§ 2º Todos os documentos referidos no art. 17 deste provimento deverão permanecer arquivados no ofício em que foi lavrado o registro civil.

Art. 19. Os registradores, para os fins do presente provimento, deverão observar as normas legais referentes à gratuidade de atos.

#### Seção IV

#### Das Disposições Finais

- Art. 20. Revogam-se os Provimentos CN-CNJ n. 2 e 3, de 27 de abril de 2009, e 52, de 14 de março de 2016.
- Art. 21. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TERMO DE F	RECONHECIMENTO	DE FILIAÇÃ	O SOCIOAFETIVA
------------	----------------	------------	----------------

Qualificação completa da pessoa que comparece espontaneamente para reconhecer o(a) filho(a) (nome completo, nacionalidade, naturalidade, data e local de nascimento, estado civil, profissão, RG, CPF, endereços, telefones, endereço eletrônico e filiação, com especificação dos nomes completos dos respectivos genitores, para constarem como avós do reconhecido):
Dados para identificação induvidosa do filho(a) reconhecido(a), em especial seu nome completo e indicação do Oficial de Registro de Pessoas Naturais em que realizado seu registro de nascimento, que poderá ser diverso daquele em que preenchido o presente termo (sem prejuízo de outros elementos que seja possível consignar, tais como nome da mãe, endereços desta e do filho(a), respectivos telefones, endereço eletrônico, identificação e localização de outros parentes etc.):
Declaração da pessoa que realiza o reconhecimento: DECLARO, sob as penas da lei, que:  1. a filiação socioafetiva ora afirmada é verdadeira e que RECONHEÇO, nos termos do Provimento nº do Conselho Nacional de Justiça, meu(minha) filho(a) SOCIOAFETIVO acima identificado(a);  2. o reconhecimento da filiação socioafetiva ou adoção não foi pleiteado em juízo;  3. não há vínculo de parentesco biológico na linha de ascendente ou de irmãos com o(a) filho(a) reconhecido(a);  4. possuo diferença de idade em, no mínimo, de 16 anos com o(a) filho(a) reconhecido(a);  5. tenho conhecimento que o(a) filho(a) reconhecido(a) passará a ter todos os direitos legais de filho, inclusive os direitos sucessórios, em igualdade com os filhos biológicos ou adotados, sem distinção;  6. tenho ciência de que o reconhecimento é irrevogável nos termos do art. 1.610 do vigente Código Civil.
Por ser expressão da verdade, firmo o presente termo.
(Local),//
Pessoa que reconhece o(a) filho(a)
Filho(a) maior de 12 anos ou mãe do(a) filho(a) menor, caso compareça simultaneamente para anuência (com qualificação no campo acima)

Oficial de Registro de Pessoas Naturais, com identificação e carimbo



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

A STATE OF THE STA	00000000	MATRÍCULA	00 0000000 00	OF STATE
ATA DE NASCIMENTO I		9999 9 9999 9	DIA T	
		100/000		
ORA DE NASCIMENTO	NATURALIDA	DE	1000	
			1000	
UNICIPIO DE REGISTRO	E UNIDADE DA FEI	DERAÇÃO TLOCAL,	MUNICIPIO DE NASCIM	ENTO E UF SEX
LIAÇÃO —	1	ALCOHOL:		
	The Party	1	Chi	
vós —				
ÊMEOS - NOM	E E MATRÍCULA DO	on of mon		
EMEOS	E E MATRICULA DO	OS GEMEOS		
ATA DO REGISTRO POR	EXTENSO -	NÚM	IERO DA DNV/DECLARA	ÇÃO DE NASCIDO VI
VERBAÇÕES/ANOTAÇÕ	SES À ACRESCER -			NAME OF TAXABLE PARTY.
VERBAÇÕES/ANOTAÇÕ	DES À ACRESCER -	7/	A FEBRUARY	
VERBAÇÕES/ANOTAÇÕ	DES À ACRESCER —	110		
VERBAÇÕES/ANOTAÇÕ		4		
ANOTAÇÕES DE CADAS	STRO	DATA EVDEDICÃO	ORGÃO EVPEDIMOR	DATA DE VALIDADE
		DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
ANOTAÇÕES DE CADAS TIPO DOCUMENTO	STRO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
ANOTAÇÕES DE CADAS TIPO DOCUMENTO RG	STRO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
ANOTAÇÕES DE CADAS TIPO DOCUMENTO RG PIS/NIS	STRO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS'NIS  Passaporte	STRO	DATA EXPEDIÇÃO  ZONA-SEÇÃO	ORGÃO EXPÉDIDOR  MUNICÍPIO	DATA DE VALIDADE
ANOTAÇÕES DE CADAS  TIPO DOCUMENTO  RG  PIS-NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde	NÚMERO			
ANOTAÇÕES DE CADAS  TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor	NÚMERO		MUNICÍPIO	
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrio Nacional da Saúde  TIPO DOCUMENTO	NÚMERO			
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor  CEP Residencial	NÚMERO NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor  CEP Residencial	NÚMERO NÚMERO		MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor  CEP Residencial	NÚMERO NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor  CEP Residencial	NÚMERO NÚMERO	zona seção  a parte interessada da apre identificação de seu portad	MUNICÍPIO  Grupo Sangaineo  sentação do documento or or.	UF iginal, quando exigido
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Elestor  CEP Residencial  'As anotações de cadastro selo órgão solicitante ou que	NÚMERO NÚMERO	zonaseção  a parte interessada da apreidentificação de seu portad  O co	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF iginal, quando exigido



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

ŒS			CPF	
KAX	H-ALZ	John Carlot	CPF	AXX.
		MATRÍCULA 9999 9 9999 9 o, naturalidade, nacionalida	THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	
				9
		e tegens		
ATA DO REGISTRO DO	CASAMENTO (PO	R EXTENSO)	DIA	MÊS 7 ANO
EGIME DE BENS DO C	ASAMENTO -			
Jan Barbara	Manual 10			TO VALLE
IOME QUE CADA UM	DOS CONJUGES PA	SSOU A UTILIZAR (QUA	NDO HOUVER ALTER	AÇAO)
***	****			
VERBAÇÕES/ANOTAÇ	ÕES À ACRESCER			
AND ASSESSMENT OF THE PARTY OF			AND ALLEY	
		1		
NOTAÇÕES DE CADAS	STRO —	1		
NOTAÇÕES DE CADAS	STRO	DATA ENPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
		DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO		DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO RG		DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte		DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde	NÚMERO			
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaports  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO		DATA EXPEDIÇÃO  ZONA/SEÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR  MUNICÍPIO	DATA DE VALIDADE
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Carrão Nacional de Saúde	NÚMERO			
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaports  Carrão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO	NÚMERO			
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Cartão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Eleitor  CEP Residencial  As anotacões de cadastro	NÚMERO NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
RG PIS/NIS Passaporte Cartão Nacional de Saúde TIPO DOCUMENTO Titulo de Eleitor CEP Residencial As anotações de cadastro	NÚMERO NÚMERO		MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Cartão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Eleitor  CEP Residencial  As anotacões de cadastro	NÚMERO NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaporte  Cartão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Eleitor  CEP Residencial  As anotacões de cadastro	NÚMERO NÚMERO	zona/seção n a parte interessada da apre a identificação de seu portac	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo	UF riginal, quando exigido
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaports  Cartão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Eleitor  CEP Residencial  As anotações de cadastro elo órgão solicitante ou qu	NÚMERO NÚMERO	ZONA SEÇÃO  n a parte interessada da apres identificação de seu portado O Co	MUNICÍPIO  Grupo Sanguineo  esentação do documento o lor.	UF riginal, quando exigido
TIPO DOCUMENTO  RG  PIS/NIS  Passaports  Cartão Nacional de Saúde  TIPO DOCUMENTO  Titulo de Eleitor  CEP Residencial  As anotações de cadastro clo órgão solicitante ou que  ME DO OFÍCIO	NÚMERO NÚMERO	ZONA SEÇÃO  n a parte interessada da apres identificação de seu portado O Co	MUNICIPIO  Grupo Sanguineo  esentação do documento o dor.  conteúdo da certidão	UF riginal, quando exigido



SEXO COR ESTADO CIVIL E IDADE  NATURALIDADE  NATURALIDADE  PILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  DATA E HORA DE FALECIMENTO  LOCAL DE FALECIMENTO  CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO  RG  PIS ÑIS  Patasporte  Cartão Nacional de Saúde
NATURALIDADE    DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO   EI   FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA     DATA E HORA DE FALECIMENTO   DIA   MÊS     LOCAL DE FALECIMENTO     CAUSA DA MORTE     SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)   DECLARANTE     NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO     AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER     ANOTAÇÕES DE CADASTRO     TIPO DOCUMENTO   NÚMERO   DATA EXPEDIÇÃO   ORGÃO EXPEDIDOR   DATA DE VALID.     RG
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  DATA E HORA DE FALECIMENTO  LOCAL DE FALECIMENTO  CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO  NÚMERO  DATA EXPEDIÇÃO  ORGÃO EXPEDIDOR  DATA DE VALID  RG  PIS/NIS  Passaporte
DATA E HORA DE FALECIMENTO  LOCAL DE FALECIMENTO  CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO  NÚMERO  DATA EXPEDIÇÃO  ORGÃO EXPEDIDOR  DATA DE VALID  RG  PISNIS  Passaporte
CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO  NÚMERO  DATA EXPEDIÇÃO  ORGÃO EXPEDIDOR  DATA DE VALID  RG  PISANIS  Patsaports
CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO  NÚMERO  DATA EXPEDIÇÃO  ORGÃO EXPEDIDOR  DATA DE VALID  RG  PISANIS  Patsaports
CAUSA DA MORTE  SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecído)  DECLARANTE  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID  RG  PISNIS  Pastaporte
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  TIPO DOCUMENTO  NÚMERO  DATA EXPEDIÇÃO  ORGÃO EXPEDIDOR  DATA DE VALID  RG  PISAVIS  Pastaporte
NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISIVIS  Passaporte
NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDIO QUE ATESTOU O ÓBITO  AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISÁNIS  Pastaporte
ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISÁNIS  Pastaporte
ANOTAÇÕES DE CADASTRO  TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISÁNIS  Pastaporte
TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISÁNIS  Passaporte
TIPO DOCUMENTO NÚMERO DATA EXPEDIÇÃO ORGÃO EXPEDIDOR DATA DE VALID.  RG  PISÁNIS  Pastaporte
RG PIS/NIS Passaporte
RG PIS/NIS Passaporie
PIS/NIS Passaporie
Pastaporie
Cartlo Nacional de Saúde
TIPO DOCUMENTO NÚMERO ZONA SEÇÃO MUNICÍPIO UF
Titulo de Elentor
CEP Residencial Grupo Sanguineo
tripo sagnato
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão soli
NOME DO OFÍCIO O conteúdo da certidão é verdadeiro.
OFICIAL REGISTRADOR Data e Local:
OFICIAL REGISTRADOR Data e Local:
MUNICIPIO/UF

#### DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

MATRÍCULA	
PADRÃO	
	DETALHAMENTO
	CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA (IDENTIFICAÇÃO ÚNICA DO CARTÓRIO)
	CÓDIGO DO ACERVO, SENDO: 01 - ACERVO PRÓPRIO OUTROS - ACERVOS INCORPORADOS
	TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, SENDO: 51: SERVIÇO DE NOTAS 52: SERVIÇO DE PROTESTO DE TÍTULOS 53: SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 54: SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA 55: SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 56: SERVIÇO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS 57: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
	ANO DO REGISTRO
	TIPO DO LÍVRO, SENDO:  1: LÍVRO A (NASCIMENTO)  2: LÍVRO B (CASAMENTO)  3: LÍVRO B (REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA FINS CIVIS)  4: LÍVRO C (ÓBITO)  5: LÍVRO C AUXILIAR (REGISTRO DE NATIMORTOS)  6: LÍVRO D (REGISTRO DE PROCLAMAS)  7: LÍVRO E (DEMAIS ATOS RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL)
	NÚMERO DO LIVRO
	NÚMERO DA FOLHA
	NÚMERO DO TERMO
	DÍGITO VERIFICADOR





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO

NOME

### MATRICULA

### 999999999 9999 9 9999 9999999 99

DESCRIÇÃO

NOME DO OFÍCIO
OFICIAL REGISTRADOR
MUNICÍPIO/UF
ENDEREÇO
TELEFONE

E-MAIL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Data e Local:

Assinatura do Oficial